

**EDcl nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.298.516 - SC  
(2018/0106903-2)**

EMBARGANTE : ALIMENTOS DOM BRUNO EIRELI - ME -  
MICROEMPRESA  
ADVOGADOS : TARCÍSIO DE MEDEIROS E OUTRO(S) - SC017563  
ETEVALDO SAVIATTO JUNIOR - SC049430  
EMBARGADO : CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 13 REGIÃO  
ADVOGADOS : EDUARDO RANGEL DE MORAES - SC010558  
ADELINO ALVES DE BARROS NETO E OUTRO(S) -  
SC013963

**DECISÃO**

O presente feito decorre de exceção de pré-executividade oposta por Alimentos Dom Bruno Ltda, nos autos da execução fiscal que lhe move o Conselho Regional de Química da 13ª Região do Estado de Santa Catarina, objetivando o afastamento da cobrança de crédito consubstanciado pela Certidão de Dívida Ativa n. 143/16. À causa foi arbitrado o valor de R\$8.167,55 (oito mil, cento e sessenta e sete mil, cinquenta e cinco reais). Na sentença foi acolhida a exceção para extinguir a execução fiscal.

No Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a sentença foi reformada, nos termos assim ementados:

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA.  
AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE. ANUIDADE.  
INEXIGIBILIDADE.

A atividade básica desenvolvida pela empresa determina a qual conselho de fiscalização profissional deverá submeter-se.

Naquela decisão, a Corte de origem entendeu que a empresa ora agravada, embora tivesse se registrado espontaneamente no Conselho Regional de Química, não exercia atividade básica relacionada a tal área profissional. Por essa razão, por não estar obrigada a se registrar na referida autarquia, tampouco a contratar profissional químico como seu responsável técnico, não poderia ser compelida ao pagamento das anuidades executadas.

Foram rejeitados os embargos declaratórios opostos pelo Conselho Regional de Química da 13ª Região do Estado de Santa Catarina e acolhidos aqueles opostos pela empresa ora agravada, tão somente para suprir omissão relativa à majoração dos honorários advocatícios, com base no art. 85, § 11º, do CPC/2015 (fls. 240-245).

Interposto recurso especial pelo Conselho Regional de Química da 13ª Região do Estado de Santa Catarina, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

No recurso especial (fls. 250-262), a parte recorrente aponta violação dos arts. 1º da Lei n. 6.839/80, 26, 27 e 28 da Lei n. 2.800/56 e 5º da Lei n. 12.514/2011.

Sustenta, em síntese, que, com a entrada em vigor da Lei n. 12.514/11, o fato gerador para a cobrança de anuidades dos conselhos de fiscalização profissional passou a ser o regular registro em seus quadros, pouco importando o efetivo exercício da atividade a ser fiscalizada. No caso concreto, afirma que a empresa agravada voluntariamente se registrou no Conselho Regional de Química da 13ª Região do Estado de Santa Catarina e habilitou profissional responsável técnico em 20/8/2010.

Por essa razão, entende ser devida a cobrança de anuidades e taxas pelo Conselho, tendo o acórdão recorrido se equivocado ao relacionar o fato gerador de tais tributos à atividade básica da empresa.

Nas contrarrazões apresentadas às fls. 269-274, Alimentos Dom Bruno Ltda preliminarmente pugna para que o recurso especial não seja conhecido, alegando deficiência na sua fundamentação.

Quanto ao mérito, entende que o acórdão recorrido deve ser mantido. Sustenta que, ainda que o tenha feito de maneira voluntária, não estaria enquadrada nas hipóteses de obrigatoriedade do registro no Conselho Regional de Química da 13ª Região do Estado de Santa Catarina, e que, por essa razão, essa inscrição não a vincularia à fiscalização da autarquia.

O recurso especial foi inadmitido com base na incidência da Súmula n. 7/STJ (fls. 279-280). Sobreveio agravo (fls. 286-296).

Recebidos os autos no STJ, foi proferida decisão com o seguinte dispositivo:

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *c*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, dar-lhe provimento, a fim de rejeitar a exceção de pré-executividade apresentada pela empresa ALIMENTOS DOM BRUNO EIRELI - ME e determinar o regular processamento da execução fiscal.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos para inverter o ônus de sucumbência.

Opostos embargos de declaração. Sustenta a parte embargante que remanescem vícios na decisão recorrida.

É o relatório. Decido.

Os embargos não merecem acolhimento.

Segundo o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade; eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e/ou corrigir erro material.

Conforme entendimento pacífico desta Corte:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016).

Eventuais erros materiais constantes da qualificação ou em trechos dos embargos de declaração opostos pela parte embargada que não fazem parte da fundamentação, em nada alteram o julgado, vez que não importam em nenhum prejuízo à parte.

Por outro lado, com relação ao ônus da sucumbência, observa-se que o provimento, ainda que parcial, do recurso especial alterou o julgado originário e, por isso, inverteu de forma automática a responsabilidade pelo pagamento do custeio processual. Eventual correção quanto a sua aplicabilidade poderá ser efetuada de ofício.

A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual inviável o seu exame em embargos de declaração. Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. ART. 1.022 DO NOVO CPC.

1. A ocorrência de um dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC é requisito de admissibilidade dos embargos de declaração, razão pela qual a pretensão de mero prequestionamento de dispositivos constitucionais para a viabilização de eventual recurso extraordinário não possibilita a sua oposição. Precedentes da Corte Especial.

2. A pretensão de reformar o julgado não se coaduna com as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material contidas no art. 1.022 do novo CPC, razão pela qual inviável o seu exame em sede de embargos de declaração.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EAREsp 166.402/PE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/3/2017, DJe 29/3/2017).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO. CONTRADIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROCRASTINATÓRIO RECONHECIDO. APLICAÇÃO DE MULTA.

1. A contradição capaz de ensejar o cabimento dos embargos declaratórios é aquela que se revela quando o julgado contém proposições inconciliáveis internamente.

2. Sendo os embargos de declaração recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podem ser acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, a obtenção de efeitos infringentes.

3. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, cabe a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/1973.

4. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa.

(EDcl na Rcl 8.826/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/2/2017, DJe 15/3/2017).

Cumprе ressaltar que os aclaratórios não se prestam ao reexame de questões já analisadas com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso. No caso dos autos, não há omissão de ponto ou questão sobre o qual o juiz de ofício ou a requerimento devia-se pronunciar, considerando que a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2018.

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**

Relator